



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ALEXSANDRO OLIVEIRA DA SILVA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DO  
RECIFE- PE: A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA DA EQUIDADE NO PROCESSO DE  
ENSINO E APRENDIZAGEM.**

**RECIFE  
2018**

**ALEXSANDRO OLIVEIRA DA SILVA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DO  
RECIFE - PE: A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA DA EQUIDADE NO PROCESSO DE  
ENSINO E APRENDIZAGEM.**

Monografia apresentada ao Curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a obtenção de título de licenciado em Pedagogia, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa.

**RECIFE  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S586p Silva, Alexsandro Oliveira da.  
Políticas públicas para educação inclusiva no município do Recife-PE: a legislação e a prática da equidade no processo de ensino e aprendizagem / Alexsandro Oliveira da Silva. – Recife, 2018.

51 f.: il.

Orientador(a): Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, BR-PE, 2018.

Inclui referências, anexo(s) e apêndice(s).

1. Política e educação 2. Educação especial 3. Ensino e aprendizagem I. Costa, Maria Aparecida Tenório Salvador da, orient. II. Título

CDD 370.7

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DO  
RECIFE - PE: A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA DA EQUIDADE NO PROCESSO DE  
ENSINO E APRENDIZAGEM.**

Esta monografia foi julgada adequada como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciado em Pedagogia, aprovada pela banca examinadora na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

---

Prof.<sup>a</sup> Coordenadora do curso de Licenciatura em Pedagogia

Data da Defesa: 14 / Dezembro / 2018

Horário: 08:00 horas

Local: Sala 6 B do Departamento de Educação - UFRPE

Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa. \_\_\_\_\_

Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiana Cristina da Silva \_\_\_\_\_

Examinadora Interna

Prof. Mestre      Filipe Lima Silva

Examinador Externo

## RESUMO

O presente trabalho objetivou investigar as políticas públicas para a educação inclusiva de crianças com deficiências, na rede municipal de ensino do Recife-PE. O processo investigativo se desenvolveu a partir dos seguintes meios e instrumentos: análise documental, observações e entrevistas semiestruturadas, e para tratamento dos dados coletados foi utilizada a Análise de Discurso. A pesquisa visou compreender a presença das políticas públicas no cotidiano escolar das crianças com deficiências, matriculadas em escolas e salas de aula regulares do referido município. Buscou-se, ainda, analisar em que medida se efetiva a valorização das diferenças nos processos de ensino e aprendizagem, compreendendo que a educação inclusiva deve priorizar o direito à equidade no ensino para crianças com deficiências, de forma a ser ofertada preferencialmente em espaços que promovam a troca de conhecimentos e as diferenças individuais dos estudantes, de forma a possibilitar o crescimento pessoal, cognitivo e social dos mesmos. O processo investigativo tem como base o Estudo de Caso, a partir da seleção de uma escola pertencente à rede municipal de ensino, onde foi estudada a proposta pedagógica da instituição escolar, buscando compreender a perspectiva da educação inclusiva para crianças com deficiências nesse espaço educativo, e ainda, entender como essa proposta promove, ou não, a efetivação da inclusão de pessoas com deficiências, desde o seu acesso até a permanência desses estudantes no âmbito escolar. Os resultados mostram que as ações governamentais se traduzem em atitudes de garantia do acesso desses estudantes aos espaços escolares como cumprimento da legislação, todavia não são oferecidas as condições que possibilitam o pleno desenvolvimento escolar desses discentes como: a necessária formação dos profissionais para atender as especificidades dos estudantes com deficiências; os recursos assistivos indispensáveis ao atendimento da deficiência específica; entre outros. Assim, a não efetivação das políticas públicas educacionais voltadas para os estudantes deficientes tem como consequência a exclusão destes, negando-lhes o direito à educação de qualidade, e, assim, limitando suas possibilidades de aprendizagem.

**Palavras-Chaves:** Políticas Públicas Educacionais. Educação Inclusiva. Ensino e aprendizagem. Estudantes com deficiência.

## ABSTRACT

The present study aimed to investigate the needs of children's education, with disabilities, in the municipal school network of Recife-PE. The investigative process was developed from the means and instruments: the documentary analysis, the observations and the semi-structured interviews, and for the treatment of the data the Discourse Analysis was applied. The research of enrollments in regular schools and classrooms of children with disabilities, enrolled in regular schools and classrooms of said city. It was sought to analyze the effectiveness of assessment in teaching and learning tasks, including inclusive education to prioritize the right to education for children with disabilities, so as to be more privileged in spaces that promote an exchange of knowledge and as people students, in order to enable their personal, cognitive and social growth. The investigative process is based on the Case Study, from the selection of a school that belongs to the municipal school network, where the educational proposal of the school was studied, for an inclusive education perspective for the child with educational resources deficiency, and, as an initiative promotes, or not, an inclusion of people with disabilities and its access to a permanence of students in the school environment. The results were shown accordingly as lawsuits were redefined in terms of guaranteeing access to school students as the consequences of the legislation, however they were not offered as conditions that allow obtaining results such as: students with disabilities; the assistance resources are indispensable to attend the disability; among others. That is why one of the educational regulations aimed at working with disabilities, such as one of the education laws, denying them the right to quality education, and thus limiting their learning possibilities.

### Key

**Words:** Educational Public Policies. Inclusive Education. Teaching and Learning. Students with disabilities.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer não é umas das atitudes mais fáceis, afinal sempre se faz necessário lembrar-se de pessoas que contribuíram de maneira ativa ou passiva para a realização de uma conquista. Inicialmente devemos agradecer a Deus pelo dom da vida e pelas forças dadas diariamente para concluir a graduação com êxito. Gostaria de agradecer a minha família pelo apoio e forças dadas para chegar até onde cheguei, se não fosse vocês em minha jornada o fardo seria mais pesado. Em especial quero agradecer a meus avós Alice Nunes e Valdemar Alexandre que mostram que a educação é o único caminho para o sucesso, pessoas essas que mesmo analfabetas valorizaram e fizeram o possível para me proporcionar as melhores condições de uma educação escolarizada. Quero agradecer a minha mãe Maria Aparecida da Silva, mulher de fibra que mostrou sempre com força e garra como superar as dificuldades do dia a dia e como a educação é importante na vida das pessoas. Não posso esquecer dos meus tios, tias e irmãos, primas e cunhadas por sempre confiarem no meu sucesso e me mostrarem o quanto podemos ser melhores a cada dia. Agradecer se faz necessário também a cada docente que depositou um pouco do seu tempo e ensinamentos para a construção da minha identidade profissional, em especial as professoras Maria Aparecida Tenório e Fabiana Silva que mostraram a cada dia a importância de um docente ativo que reconhece os estudantes como seres humanos e que com suas boas energias transformaram minhas manhãs em momentos de aprendizagem contínua. Quero agradecer as minhas amigas da sala de aula que possibilitaram uma troca de conhecimentos e valores, pessoas ao longo desses quatro anos de formação, sempre confiando no meu melhor e me elogiando, por fim agradeço a cada pessoa que possibilitou e permitiu a concretude dessa pesquisa por meio de suas falas e ações que construíram essa pesquisa.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Ilustração 1- Ulisses Pernambucano .....	p. 18
Ilustração 2- Escola Normal do Recife – Pernambuco/Brasil.....	p. 19
Tabela 1- Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	p.28



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AEE- Atendimento Educacional Especializado  
APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CENESP- Centro Nacional de Educação Especial  
CF- Constituição Federal  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
FHV- Fundação Altino Ventura  
IBC - Instituto Benjamin Constant  
INES- Instituto Nacional da Educação dos Surdos  
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, N° 9394 de 1996  
MEC - Ministério da Educação  
NEE- Necessidades Educacionais Especiais  
ONG- Organização Não Governamental  
PEPE - Pesquisa Extensão e Prática Educacional.  
PNE- Plano Nacional de Educação  
PME - Plano Municipal de Educação  
PPP- Projeto Político Pedagógico  
RPA- Região Política Administrativa  
SEDH- Secretaria de Estado de Direitos Humanos  
SEESP - Secretaria de Educação Especial

**RESUMO**

**ABSTRACT**

**AGRADECIMENTOS**

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>p. 12</b>
- Problema de pesquisa.....	p. 14
- Objetivos.....	p. 14
- Justificativa.....	p. 15

**CAPÍTULO I – A educação ofertada às crianças deficientes no município do Recife - PE: uma questão histórica..... p. 17**

1- A educação ofertada às crianças deficientes no município do Recife...	p. 17
2- O que diz a legislação sobre a inclusão de crianças deficientes na instituição escolar.....	p. 20
2.1- Educação Inclusiva na perspectiva dos documentos legais.....	p. 21
2.2- O Plano Municipal de Educação (2014-2024) e a realidade escolar estudada.....	p. 23

**CAPÍTULO II – Percurso metodológico: o caminhar da pesquisa ..... p. 26**

1- Natureza da Pesquisa.....	p. 26
2- O universo pesquisado.....	p. 27
3- Sujeitos pesquisados.....	p. 27
4- Meios e instrumentos de coleta de dados.....	p. 29
5- Metodologia de Análise.....	p. 30

**CAPÍTULO III – As Políticas Públicas Educacionais e a realidade da educação inclusiva no município do Recife - PE ..... p. 31**

1- Contexto de elaboração e implementação das políticas públicas para educação inclusiva de estudantes com deficiências.....	p.31
2- As políticas públicas de inclusão do município do Recife e os seus rebatimentos nos processos de ensino e de aprendizagem.....	p. 32
3- O cotidiano dos estudantes deficientes na instituição escolar .....	p. 36

**CONCLUSÃO** ..... p. 39

## **REFERÊNCIAS**

**APÊNDICE A-** Roteiro de entrevista com as professoras de salas regulares que atendem às crianças com deficiência.

**APÊNDICE B-** Roteiro de entrevista com Gestores da Instituição Escolar pesquisada.

**APÊNDICE C-** Roteiro de entrevista com a Professora da sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE.

**APÊNDICE D-** Roteiro de entrevista com representante da Gerência de Educação Especial.

**ANEXO 1-** Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

**ANEXO 2-** Estratégias do Plano Municipal de Educação.

## **I- INTRODUÇÃO.**

O trabalho objetivou investigar as políticas públicas de educação inclusiva do município de Recife - PE, em escolas e salas de aulas regulares, bem como compreender como essas políticas são aplicadas no cotidiano escolar e seus impactos nos processos de ensino e de aprendizagem das crianças com deficiências. Com a investigação buscou-se, ainda, entender o contexto escolar no qual as crianças com deficiências estão sendo incluídas, e identificar as políticas públicas de acesso e permanência na perspectiva de assegurar o desenvolvimento pessoal e coletivo desses estudantes.

Sabe-se que a escola historicamente foi pensada para o atendimento de maneira unificada tomando os estudantes como pessoas que possuem o mesmo nível de desenvolvimento pedagógico, de aprendizagem, de locomoção, entre outros. Nesse sentido Mantoan (2004), afirma que o atendimento especializado para crianças com deficiências no Brasil era realizado de forma segregada e assistencialista, ocorrendo em um mundo à parte.

A partir dessa análise observa-se que a educação para crianças e jovens com deficiência, ainda chamados de crianças e jovens especiais, era desenvolvida em ambientes que “isolavam” os estudantes do ambiente escolar regular, tornando-os excluídos e negando o seu direito ao desenvolvimento pleno em ambientes diversos, tornando a escola em um espaço segregado, que não valorizava as diferenças como possibilidades de aprendizagens coletivas.

Esse contexto foi muito presente nas escolas até meados da década de 1990, quando a educação inclusiva assume destaque nas discussões educacionais, e ocupa lugar internacional com a Declaração de Salamanca (1994), e com a legislação nacional a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN Nº 9.394 de 1996, que defendem a oferta da educação de estudantes com deficiências em salas de aulas e escolas regulares.

É necessário salientar que de acordo com a Portaria SEDH Nº 2.344, de 3 de novembro de 2010 - DOU 05.11.2010, Art. 2º, inciso 1.º, “ Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência". Desse modo, utilizar-se-á neste trabalho, o termo “Estudantes com Deficiência”, atendendo ao disposto nesta regulamentação de forma a adaptar a linguagem de maneira mais adequada e contextualizada.

Assim, importa considerar que a educação inclusiva deve estar preferencialmente, associada ao ensino regular e, não, como uma modalidade de ensino que atenda apenas às crianças com deficiências em salas ou escolas especializadas para esses sujeitos. Nesse sentido, não se pode ignorar a necessidade do amplo estudo e debate acerca das políticas públicas para a educação inclusiva. Nessa perspectiva, no que se refere às políticas públicas, Souza (2006, p. 26) explica que se trata do:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Em se tratando das políticas públicas para a inclusão das crianças com deficiências em escolas regulares, foi possível observar ao longo dos três primeiros anos do curso de Licenciatura em Pedagogia, sobretudo por meio da disciplina de Prática Educacional Pesquisa e Extensão - PEPE, que em muitas escolas regulares as crianças com deficiência são matriculadas apenas como uma forma de cumprimento da legislação, afinal a Lei Nº7853/ 1989, em seu artigo 8ª, inciso I, informa que constitui crime: “recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência.” E, como ninguém deseja ser responsabilizado por crime, então a lei é cumprida ao se regularizar a matrícula do estudante deficiente. Entretanto, não se observa a necessária sistematização nos processos de ensino e aprendizagem para que se garanta o desenvolvimento escolar desses estudantes.

Durante o processo de observação e participação das atividades escolares, já referidas acima, foi possível ainda, registrar diversas inquietações dos docentes do âmbito escolar, tais como: a falta de formação necessária para redirecionar sua prática docente em favor dos estudantes com deficiência, onde se incluem as crianças e os adolescentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA); falta de apoio por parte da rede municipal de ensino, como: equipe multidisciplinar (psicólogos, neurologistas, psicopedagogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, etc.); além de recursos materiais específicos, entre outros.

Os frequentes encontros com os profissionais e a participação do pesquisador nas atividades de sala de aula das escolas estudadas, suscitaram diversos questionamentos como: de que forma as políticas públicas buscam promover a equidade no ensino municipal para os/as estudantes com deficiência que estão matriculados em salas de aula e escolas regulares? Como se concretizam em sala de aula o atendimento diferenciado às crianças com deficiências, de modo a promover sua participação no processo de ensino e aprendizagem? Esses questionamentos conduziram ao seguinte problema de pesquisa: como as políticas públicas para a educação inclusiva de estudantes com deficiências são efetivamente promovidas na escola?

A partir do problema de pesquisa exposto foram elaborados os seguintes objetivos de pesquisa:

**Objetivos Geral:** Analisar as políticas públicas de inclusão implementadas pelo governo municipal do Recife-PE, no período de 2017/2018, relacionando-as aos processos de ensino e de aprendizagem para crianças com deficiências matriculadas na rede regular de ensino.

**Específicos:**

- I. Relacionar as políticas públicas para educação inclusiva de estudantes com deficiências no município do Recife-PE, seu contexto de criação e implementação, a partir dos agentes da Secretaria de Educação Municipal.
- II. Compreender o funcionamento e a organização político-pedagógica de uma escola da rede municipal do Recife para a educação de crianças com deficiências, sob a perspectiva de gestores, docentes e responsáveis pelos/as discentes.
- III. Verificar a efetivação das políticas públicas para educação inclusiva de estudantes com deficiências numa escola da rede municipal do Recife-PE, selecionada para o estudo.

## **Justificativa**

No Brasil a educação escolar é um direito de todo/a cidadão/ cidadã, sem qualquer tipo de discriminação ao acesso e permanência nas escolas, como previsto na Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art. 205)

Entretanto, para muitas pessoas esse direito ainda é negado, principalmente às crianças com deficiências. Segundo o último censo escolar realizado pelo Ministério de Educação e Cultura- MEC, apenas 57,8% das escolas brasileiras têm estudantes com deficiência incluídos em turmas regulares (CENSO ESCOLAR 2016). Partindo desse contexto, entende-se que se faz necessário analisar as políticas públicas para a educação inclusiva de crianças com deficiências na cidade do Recife-PE, inicialmente, por se tratar de um tema que requer uma análise mais contextualizada dessa oferta pelas escolas municipais, e por se verificar atualmente, nas salas de aulas de escolas regulares, o crescente aumento no número de matrículas de estudantes com algum tipo de deficiência.

Ao se promover o acesso de crianças e jovens deficientes no âmbito das escolas regulares, busca-se promover a diversidade em sala de aula e possibilitar novas práticas de ensino e inovadoras relações entre os estudantes, que atendam às diferentes realidades encontradas no contexto escolar.

A pesquisa surge na associação de ideias debatidas em sala de aula na disciplina de Políticas Públicas Educacionais e as observações realizadas em diferentes escolas municipais do Recife, como requisito da disciplina de Pesquisa Extensão e Prática Educacional - PEPE, onde fora observado um pouco do processo de ensino e aprendizagem para as crianças com deficiências nas escolas regulares e onde teve início o interesse em compreender como promover por meio da efetivação das políticas públicas educacionais o acesso e a permanência dos/das estudantes com deficiência, possibilitando-lhes o desenvolvimento pedagógico e social.

Compreender como se dá a efetivação das políticas públicas para a educação inclusiva, possibilita aos estudantes dos cursos de licenciatura, em

especial do curso de Pedagogia, e outros profissionais da área de educação, uma análise contextualizada acerca das práticas desenvolvidas na educação inclusiva, favorecendo uma compreensão sobre, como acontece essa inclusão e sua efetivação nas escolas regulares.

As indagações que levaram à escolha do tema apoiam-se sobre a perspectiva da igualdade ao direito à educação de qualidade para todos/ todas, compreendendo a diversidade em sala de aula como potencialidade para o desenvolvimento pessoal e social dos envolvidos no ambiente escolar. Em observações e vivências como estagiário da educação inclusiva busquei, por meio das atividades realizadas no cotidiano escolar, subsídios e métodos pedagógicos que auxiliassem e fizessem significado no processo de ensino e aprendizagem ao estudante com deficiência, não só para o cumprimento de uma regulamentação, mas como uma oportunidade de desenvolvimento educacional para todos/todas os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

A partir dos resultados obtidos com o processo investigativo buscar-se-á a socialização dos mesmos, visando esclarecer como ocorre o processo escolar de estudantes com deficiência, e a relação desse processo com as Políticas Públicas Municipais que chegam às escolas.

O presente trabalho se encontra estruturado em três capítulos, sendo o capítulo I destinado ao campo teórico, que discute sobre as políticas públicas municipais e o caminhar da educação inclusiva para estudantes com deficiências. O capítulo II descreve o processo metodológico da pesquisa, apresentando o tipo de pesquisa escolhido, o universo e os sujeitos pesquisados, os instrumentos utilizados para acesso às informações e a metodologia de análise. E o capítulo III apresenta a análise dos resultados obtidos e uma discussão acerca dos mesmos, contextualizando as ações presentes na escola pesquisada com o campo teórico que embasa o presente trabalho.



## **CAPÍTULO I- A EDUCAÇÃO OFERTADA ÀS CRIANÇAS DEFICIENTES NO MUNICÍPIO DO RECIFE - PE: UMA QUESTÃO HISTÓRICA.**

A questão da inclusão de pessoas com deficiências em salas de aulas regulares traduz-se numa discussão histórica pelos docentes e outros profissionais da educação em âmbito local, regional e nacional. Nos últimos anos observa-se a ênfase da temática nas pesquisas e cursos de formação inicial e continuada de docentes, gestores e outros profissionais, pois é crescente o número de estudantes com deficiências que buscam seu direito à educação escolar.

Em um levantamento bibliográfico realizado no catálogo de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no ano de 2017, verificou-se que o tema sobre educação inclusiva é bastante pesquisado na academia, porém na perspectiva da criança com deficiência em salas de aulas e escolas regulares, os estudos que mais se destacam são referentes à formação docente, ou seja, como trabalhar em sala de aula com estudantes com determinada deficiência. Encontram-se ainda, alguns trabalhos que relacionam política pública de educação inclusiva e a prática pedagógica, no entanto são pesquisas relacionadas aos contextos de outros estados e cidades.

### **1- A educação ofertada às crianças deficientes no município do Recife:**

No Brasil, o atendimento especializado para crianças com deficiências começou a ser estruturado com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos situados na cidade do Rio de Janeiro, onde ainda não se pensava em um atendimento educacional no espaço regular, mas um atendimento mínimo em espaços segregados, afinal esses institutos trabalhavam / trabalham de forma a atender apenas deficiências específicas, como prevê o regulamento interno do Instituto Benjamin Constant, ainda que revele compromisso com a política nacional de educação para deficientes visuais:

I – subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação Especial na área da deficiência visual;

II – promover a educação de deficientes visuais, mediante sua manutenção como órgão de educação fundamental, visando garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de

peças cegas e de visão reduzida, bem como desenvolver experiências no campo pedagógico, da área da deficiência visual;

III – promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área da deficiência visual;

IV – promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógicos, psicossocial, oftalmológico, de prevenção das causas da cegueira e de integração e reintegração à comunidade de pessoas cegas e de visão reduzida;

V – promover programas de divulgação e intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações tecnológicas na área de atendimento às pessoas cegas e de visão reduzida;

VI – elaborar e produzir material didático-pedagógico e especializado para a vida diária de pessoas cegas e de visão reduzida;

VII – apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino e as instituições que atuam na área da deficiência visual, em articulação com a Secretaria de Educação Especial - SEESP;

VIII – promover desenvolvimento pedagógico, visando o aprimoramento e a atualização de recursos instrucionais;

IX – desenvolver programas de reabilitação, pesquisas de mercado de trabalho e de promoção de encaminhamento profissional visando possibilitar, às pessoas cegas e de visão reduzida, o pleno exercício da cidadania;

X – atuar de forma permanente junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando o resgate da imagem social das pessoas cegas e de visão reduzida".

Embora o tema da educação para estudantes com deficiência tenha ocupado maior espaço nos debates e na literatura específica nas duas últimas décadas, pode-se afirmar que este tema remonta ao início do século XX, que de acordo com Barreto (1992), o pioneiro da educação inclusiva de crianças com deficiências em Pernambuco foi o educador Ulisses Pernambucano, que já em 1918 buscava contextualizar a educação para deficientes mentais.

Ilustração1- Ulisses Pernambucano



Fonte:

[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar\\_en/index.php?option=com\\_content&view=article&id=855%3Aulisses-pernambucano&catid=55%3Aletter-u&Itemid=214](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar_en/index.php?option=com_content&view=article&id=855%3Aulisses-pernambucano&catid=55%3Aletter-u&Itemid=214). Acessado em 29/11/201

Ulisses Pernambucano de Melo Sobrinho<sup>1</sup>, ou simplesmente Ulisses Pernambucano, foi um médico psiquiatra que nasceu no estado de Pernambuco, na cidade do Recife (1892 – 1943), e que dedicou parte da sua vida às pesquisas acerca da relação das crianças deficientes e os processos educacionais. Ele assumiu a direção da escola Normal de Pernambuco, em 1923, e começou a estruturar a escola no âmbito organizacional das atividades. Em 1925 surge a primeira escola para crianças com deficiência no Brasil, a escola recebeu o nome de “Escola para crianças anormais do Recife”. Vale salientar que o termo *anormal* era aceito na época. A forma como a escola ficou conhecida deriva da “Escola Normal do Recife”, que funcionava no mesmo prédio, onde atualmente funciona a Câmara Municipal do Recife. A escola, na verdade, era uma classe que se destinava ao atendimento exclusivo de crianças com deficiências intelectuais, dentro da Escola Normal do Recife (BARRETO, 1992).

Embora essas ações revelam o início de uma mudança no atendimento dos estudantes deficientes para espaço da instituição escolar, percebe-se a limitação e a segregação desses/ dessas estudantes às salas de aulas regulares.

Ilustração 2- Escola Normal do Recife – Pernambuco/Brasil



Fonte:  
<https://www.google.com.br/search?q=escola+normal+do+recife&tbm>. Acesso em 22/11/2017.

Sabe-se que historicamente as pessoas com deficiências viviam em grupos excluídos pela sociedade, visto que desde os primórdios da história da humanidade essas pessoas eram vistas como seres que já nasciam com um pecado mortal, por

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre o trabalho de Ulisses Pernambucano, consultar: Ulisses Pernambucano, educador - SciELO. [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931992000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931992000100003).

esse motivo eram totalmente excluídas da convivência com as pessoas, sendo a escola uma instituição muito distante da realidade de crianças que tinham deficiências (MIRANDA, 2003).

Miranda (2003, p.2), descreve quatro fases para a reflexão histórica do desenvolvimento do atendimento às pessoas que apresentam deficiências:

- Primeira fase: [...], marcada ausência total de atendimento e negligência. Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais, [...]
- Nos séculos XVIII e meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais.
- O final do século XIX e meados do século XX, foi marcado pelo desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte.
- Na quarta fase, no final do século XX, por volta da década de 70, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal.

Os estudos apresentados apontam que só a partir do século XX, mais precisamente na década de 70, começa a se pensar na integração social de pessoas com deficiências. Esse fato possibilita entender sobre o quanto de conquistas perdemos ao longo da história das pessoas com deficiências, e o quanto nossa sociedade julga normal a segregação de pessoas em referência a suas limitações físicas ou intelectuais.

## **2- O que diz a legislação educacional sobre a inclusão de crianças deficientes na instituição escolar:**

Sobre o atendimento das pessoas com deficiências, compreende-se a necessidade de entender os dispositivos legais brasileiros, referente à inclusão de crianças com deficiências em escolas e salas de aula regulares.

No Brasil, em 1961 é criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, nº 4.024/61, que passa a fortalecer o atendimento às pessoas

com deficiência, e propõe seu atendimento de forma preferencial no sistema geral de ensino, como se pode observar no seu título X, artigos 88 e 89<sup>2</sup>:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Tôda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bôlsas de estudo, empréstimos e subvenções.

Pode-se analisar por meio dessa ação legislativa que o processo de Inclusão no espaço escolar é pensado de forma integrada ao sistema geral de educação, termo usado pelo próprio documento, ou seja, se pensa em uma integração dos estudos em espaços que não estão preparados para recebê-los afinal, o art. 89 da mesma lei prevê uma relação público-privado para um atendimento especializado aos estudantes com deficiências, até então chamados de excepcionais.

Em 1973 o Ministério da Educação e Cultura (MEC), cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

## **2.1- Educação Inclusiva na perspectiva dos documentos legais:**

Em 1988 a Constituição Federal (CF-1988) prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outra forma de discriminação garantindo o direito à escola para todos, e em especial no seu artigo 208, inciso III estabelece que, em termos de espaço, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A partir da CF-1988 diversos textos legais se desdobraram com a finalidade de atender ao processo de inclusão das pessoas com deficiência.

Diante da igualdade no direito à escola para todos e todas é sancionada em 1989 a Lei n 7.853/89 que define como crime, recusar, suspender, adiar, cancelar ou

---

<sup>2</sup> Foi respeitada a ortografia utilizada no texto original.

extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado.

Para reforçar o direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência de crianças e jovens na escola é criado em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), por meio da Lei n.º 8069/90, que vem reafirmar o direito de toda criança e adolescente à escola, sem discriminação, e reforça o dever do Estado em assegurar o ensino obrigatório e gratuito.

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II - direito de ser respeitado por seus educadores;
  - III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
  - IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
  - V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (ECA, Art. 53).

Em 1996 a LDBEN/ 9394/96, ratifica que a educação especial seja oferecida em escolas e salas regulares, e que sejam criados atendimentos especializados para alunos com deficiência de acordo com suas necessidades, como prevê o seu Artigo 58, 2º e 3º parágrafos:

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005/ 2014, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. O não alcance dessa meta permite o retrocesso de todo o campo teórico e legislativo, ou seja, toda a proposta de uma educação pautada no atendimento e valorização da diversidade humana ficando apenas na idealização, não sendo possível pensar em uma escola para todos, afinal reconhecer e valorizar a diversidade humana é o maior desafio encontrado nas escolas nos últimos tempos.

Ao lado da legislação nacional são consideradas as iniciativas internacionais como a declaração de Salamanca (1994), documento que não tem efeito de lei, mas reúne pautas de uma discussão mundial, onde se busca "Regras, Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", ou seja, a declaração de Salamanca buscava discutir ações que priorizasse a educação de pessoas com deficiências na rede regular de ensino.

## **2.2- O Plano Municipal de Educação (2014-2024) e a realidade escolar estudada.**

O Plano Municipal de Educação - PME, da cidade do Recife, foi aprovado em 22 de junho de 2015, sob muitos protestos de professores, estudantes e movimentos sociais, como noticiou a mídia local<sup>3</sup>, a partir da Lei Nº 18.147/2015 (DOM-REC, 2015). O PME tem vigência de 10 anos a contar da data de sua publicação, é composto por 20 metas onde são apresentadas as estratégias para a obtenção dessas metas. O PME visa uma avaliação contínua sobre suas metas, como se pode observar em seu artigo 5.º, parágrafo 2.º:

A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, a Secretaria Municipal de Educação, com o suporte de instituições de pesquisas, publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei. (PME, 2015)

Dessa forma se observa que o PME exige uma contínua avaliação dos objetivos e estratégias a serem alcançados no período de sua vigência.

O PME da cidade do Recife prevê em sua meta 4 as ações que atendem estudantes com deficiências na rede municipal de ensino:

Universalizar, em colaboração com o Estado, o acesso para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo.

---

<sup>3</sup>[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/06/22/interna\\_politica,582659/sob-protesto-plano-municipal-de-educacao-do-recife-e-aprovado.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2015/06/22/interna_politica,582659/sob-protesto-plano-municipal-de-educacao-do-recife-e-aprovado.shtml). Publicado em 23/06/2015. Acessado em 18/07/2018. E

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/06/28/plano-municipal-de-educacao-divide-opinioes-no-recife-187734.php>. Publicado em 28/06/2015. Acessado em 18/07/2018.

É válido ressaltar que a meta 4 do referido PME, faz previsões, como descrito anteriormente, e estabelece estratégias (anexo II) para atendimento dos estudantes com deficiência. Essas estratégias buscam nortear o percurso a ser percorrido para o alcance da meta citada de forma a promover o atendimento de estudantes com deficiências no ensino regular. Pode-se perceber, após uma análise das estratégias previstas no PME, que as bases legais que asseguram uma educação inclusiva são bem fundadas em uma concepção de igualdade, porém como defende Miranda (2003, p. 6):

A efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias que obriguem as escolas regulares a aceitarem os alunos com necessidades especiais, ou seja, apenas a presença física do aluno deficiente mental na classe regular não é garantia de inclusão, mas sim que a escola esteja preparada para dar conta de trabalhar com os alunos que chegam até ela, independentemente de suas diferenças ou características individuais.

Diante do exposto, verifica-se que a prática da educação inclusiva é dependente da efetivação das políticas públicas no espaço escolar e de atitudes tomadas pelos agentes que compõem o âmbito escolar, que devem zelar pelas ações legais, visando a efetiva promoção da inclusão dos estudantes com deficiência.

Atualmente percebe-se que a visão sobre as pessoas com deficiências tem mudado, por força dos vários grupos sociais e da legislação, que passou a considerar a concepção de igualdade social, dando a essas pessoas possibilidades de estarem cada vez mais inseridas no mercado de trabalho e nos diversos espaços sociais.

Após a aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2014) e do Plano Municipal de Educação do Recife-PE (2015-2015), foi aprovada a Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015, que “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”. Esta Lei visa garantir, dentre outros fatores, o direito à igualdade e ao desenvolvimento pleno das pessoas, como é possível ver no seu Art. 4.º: “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.



Por ser um direito de todo cidadão/cidadã ter acesso à educação escolar de qualidade e como prevê o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no seu artigo 27, essa pessoa deve ter acesso a ambientes inclusivos:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Entende-se que a Educação Inclusiva é aquela que respeita a diversidade humana e valoriza as diferenças sociais, culturais, étnicas e físicas de cada discente em sala de aula. Por isso a ideia da valorização das diferenças no contexto escolar deve ser vista como uma forma de avanço para a aprendizagem de todos e não como uma barreira. Segundo Noronha, (S/D. p 03), a educação inclusiva:

É um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A partir dessa compreensão verifica-se que a educação inclusiva de pessoas com deficiência em sala de aulas regulares, objetiva garantir o direito constitucional de educação de qualidade para todos, mas se faz necessário entender um pouco mais sobre essas formas de inclusão nas escolas, pois não se pode pensar em direito à educação para todos sem, de fato, promover as condições que alcancem individualmente os/as estudantes.

## **CAPÍTULO II- PERCURSO METODOLÓGICO: O CAMINHAR DA PESQUISA.**

O processo de investigação se desenvolveu no período de 2017 e 2018, com a imersão do pesquisador no ambiente investigado e com a compreensão do campo teórico que possibilitou a construção de uma base para a pesquisa empírica. Segundo Minayo (1994, p. 19):

[...], a teoria é um conhecimento de que nos servimos no processo de investigação como um sistema organizado de proposições que orientam a obtenção de dados e a análise dos mesmos, e de conceitos, que veiculam seu sentido.

### **1- Natureza da Pesquisa:**

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, visto que busca compreender o fenômeno pesquisado em seu ambiente natural, uma escola regular da rede municipal do Recife, analisando a dinâmica das atividades cotidianas do grupo pesquisado, não sendo possível assim mensurar quantitativamente os aspectos do objeto de estudo. De acordo com Minayo (1994, p 21-23):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...], ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim, ao identificar as políticas públicas para educação de pessoas deficientes na rede municipal de ensino, busca-se compreender como essas políticas são efetivadas no cotidiano escolar e de que maneira possibilitam a promoção e garantia da equidade no processo de aprendizagem de estudantes com deficiência.

Nesse sentido, a pesquisa configura-se como um Estudo de Caso, visto que busca compreender a contextualização e aplicabilidade das políticas públicas no cotidiano de uma escola da rede municipal do Recife. Entende-se como estudo de caso o tipo de pesquisa onde: “[...] o pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como o um todo” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 19)

## **2 - O universo pesquisado:**

A pesquisa foi desenvolvida em uma Escola da Rede Municipal do Recife-PE, situada no bairro da Macaxeira, zona Norte do Recife, pertencente a Região Política Administrativa 3 (RPA 3). A escola oferece a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos turnos manhã, tarde e noite. Segundo a gestão escolar, atualmente 20% dos estudantes matriculados nessa instituição possuem algum tipo de deficiência, destacando-se como uma das escolas da referida rede, que mais matricula estudantes com deficiências em sala de aulas regulares.

A unidade escolar pesquisada possui um anexo que funciona em uma Organização Não-Governamental (ONG) denominada Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, que contribui com o atendimento dos estudantes, preferencialmente da rede municipal de ensino, onde são realizados os atendimentos especializados que não podem ser promovidos nas escolas regulares. A parceria entre a rede municipal e a referida ONG, surgiu no ano de 2008 com o objetivo de preparar os estudantes com deficiências para a inclusão em salas e escolas regulares. A parceria com a APAE visa atender às necessidades de salas específicas para se trabalhar com os estudantes com deficiência e à presença de profissionais especializados para atender as especificidades dos educandos que até então não eram atendidas na escola.

## **3- Sujeitos pesquisados:**

São sujeitos da referida pesquisa: os/as professores/as das salas regulares (PSR); equipe gestora, ou seja, a gestora da escola (GE) e o Coordenador Pedagógico (CP); professor/a responsável pela sala do Atendimento Educacional Especializado (PAEE); Professora da sala bilíngue<sup>4</sup> (PB); e representante da Gerência de Divisão da Educação Especial do Recife (RGEE). Entendendo a importância da participação da família no processo de inclusão de estudantes com deficiência, foram, também, sujeitos da pesquisa pais/mães/responsáveis pelos referidos estudantes (RE).

---

<sup>4</sup> A sala bilíngue corresponde ao ensino de Libras e da língua portuguesa a estudantes com surdez.

Tabela1: Caracterização dos sujeitos da pesquisa:

Sujeito Investigado	Idade	Formação	Tempo de docência	Tempo de vivência com estudantes com deficiência	Tempo do estudante na escola regular.
PSR1	-----	Graduada em Pedagogia e Especialista em Gestão escolar	14 anos	7 anos	----- -
PSR2	-----	Graduada em Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia	7 anos	7 anos	-----
PAEE	47	Graduada em Letras e Especialista em Psicopedagogia	16 anos	10 anos	-----
PB	-----	Graduada em Pedagogia e Especialista em Atendimento Educacional Especializado	18 anos	18 anos	-----
GE	49	Pedagoga	30 anos		-----
CP	49	Graduada em Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia	28 anos	26 anos	-----
RGEE	56	Graduada em Pedagogia e Doutoranda Educação	30 anos	5 anos	-----
RE1	30	Ensino Médio	-----	-----	1 ano
RE2	35	Ensino Médio	-----	-----	2 anos

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

A amostra dos sujeitos pesquisados baseou-se no critério daqueles/daquelas que estivessem participando ativamente do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência. Os responsáveis pelos estudantes são aqueles que participam das atividades escolares com maior frequência e que ficam diariamente

na escola esperando os estudantes concluírem suas atividades escolares. As professoras selecionadas para a pesquisa foram aquelas que estão em atividade cotidiana com os estudantes com deficiências no campo pesquisado.

#### **4 – Meios e instrumentos de coleta de dados:**

A pesquisa se realizou por meio de observações do cotidiano dos estudantes com deficiências, matriculados regularmente na escola definida para o estudo e suas respectivas salas de aulas regulares. Segundo Lüdcke e André (1986, p. 26): “[...] a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado. [...]”. Foram realizadas observações em salas de aulas regulares que possuem estudantes com deficiências matriculadas na instituição pesquisada, assim como o atendimento em salas do AEE e na sala bilíngue do campo estudado.

Como instrumento auxiliar nos registros das observações, foi utilizado o diário de campo, no qual o principal objetivo está fundamentado na ideia apresentada por Souza (2000 p. 18), que é o de “[...] permitir a quem escreve o acompanhamento das próprias ações e as implicações no meio onde atua”.

Além das observações fez-se uso da análise documental partilhando da compreensão de que “os documentos representam uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse contexto” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 39). Neste sentido, foram selecionados os documentos nacionais que tratam das políticas públicas para a educação de pessoas deficientes tais como a LDBEN n.º 9394/1996 e o Plano Nacional de Educação (2014-2024), assim como as regulamentações locais elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação do Recife, como o Programa de Política Inclusiva da rede municipal do Recife, além dos documentos da instituição escolar pesquisada como o Projeto Político Pedagógico, entre outros.

Ao lado das observações e da análise documental estão sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes com deficiência, compreendendo que essa modalidade de entrevista:

Em geral é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa,

oferecendo amplo campo de interrogativas, fruto das novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

A entrevista possibilita a apreensão dos discursos dos sujeitos pesquisados e sua prática cotidiana, buscando compreender como se processa a educação inclusiva, que busque o desenvolvimento e a participação dessas/desses estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

### **5- Metodologia de Análise:**

Após a coleta dos dados se fez necessário à análise dos mesmos, e desse modo, adotou-se a Análise de Discurso como metodologia para o tratamento dos dados. De acordo com Orlandi, (1998, p. 15):

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática e linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Desse modo, analisar os discursos dos sujeitos pesquisados, assim como os discursos presentes nos documentos analisados, possibilitou compreender como as políticas públicas de inclusão influenciam o cotidiano escolar, destacadamente, os processos de ensino e de aprendizagem de estudantes deficientes.

### **CAPÍTULO III – AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A REALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DO RECIFE – PE.**

O presente trabalho discute sobre as políticas públicas de atendimento a estudantes com deficiências na rede municipal de ensino do Recife- PE, a partir de um estudo de caso, alertando para a execução ou não dessas políticas, bem como questionando sua relação com o processo de ensino e aprendizagem.

Embora considere os avanços no campo da educação inclusiva, essa evolução ainda não é suficiente para suprir as necessidades e lacunas no atendimento às especificidades dos estudantes com deficiências como demonstram os resultados da investigação.

#### **1- Contexto de elaboração e implementação das políticas públicas para educação inclusiva de estudantes com deficiências.**

A partir da análise documental observa-se que as políticas públicas do município do Recife, são elaboradas e implementadas com a finalidade de cumprimento da legislação nacional vigente, isto é, garantir aos estudantes deficientes a garantia do acesso às escolas e salas de aulas regulares. Todavia, assegurar as condições de profissionais, equipamentos e estrutura do ambiente escolar visando a permanência verdadeiramente inclusiva dos estudantes não se percebe na instituição escolar.

Como foi possível observar, as políticas que buscam atender os/as estudantes com deficiências, são elaboradas com base na concepção da educação inclusiva, que visa atender as especificidades presentes no contexto escolar, porém, além do acesso, não se verifica um planejamento e ações que façam relação com o processo de ensino e de aprendizagem de qualidade para os estudantes com deficiências, como destaca Barros, Souza e Maçaria (2015, p. 15):

Para responder às demandas de um sistema educacional inclusivo, o Brasil, nas últimas décadas, definiu políticas, organizou instrumentos legais e elaborou diretrizes para garantir a sua organização. Por outro lado, os documentos que respaldam o direito dos(as) estudantes à educação inclusiva têm avançado no país, de maneira mais efetiva em relação à ampliação do acesso, mas não na melhoria da qualidade dos processos educacionais inclusivos.

Nessa direção observa-se que a cada dia a demanda de estudantes com deficiências nas escolas e salas de aulas regulares é crescente, e que ainda não se tem na rede municipal do Recife, políticas que consigam atender com qualidade as especificidades da educação inclusiva, como se pode observar no discurso a seguir:

[...] a gente não tem a quantidade suficiente de profissionais para atender uma gama cada vez maior, a cada ano o crescimento é terrível. Eu não sei se tá aumentando a quantidade de estudantes ou se agora eles estão realmente indo para escola, que antes não iam. Mas, assim, vem aumentando nossas matrículas ano a ano e a gente vê que os serviços não conseguem dar conta, mas aí a gente vai fazendo as parcerias [...] (RGEE)

As parcerias, informadas pela entrevistada, são aquelas realizadas entre a secretaria municipal de educação e as Organizações Não Governamentais (ONGs), além de convênios com instituições públicas e privadas como, por exemplo, a Fundação Altino Ventura-FAV, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, Secretaria Municipal de Saúde, Clínicas-escolas de universidades, entre outros.

Essas parcerias são uma forma de acompanhamento de estudantes com deficiências, porém, de modo geral, elas são mais voltadas para o atendimento médico, psicológico e socializador, havendo a necessidade do atendimento pedagógico especializado. Com o discurso da representante da gerência de educação podemos observar que as parcerias citadas anteriormente se dão, não só por meio de instituições, mas se concretizam no espaço escolar por meio de parcerias entre profissionais:

[...] inclusive uma escola que visitei recentemente, [...], estava presente na escola a assistente social, a fisioterapeuta, a terapeuta ocupacional fazendo um trabalho na escola. Agora, vai dar conta de tudo não, como já se falou é uma demanda muito grande [...] (RGEE)

## **2- As políticas públicas de inclusão do município do Recife e os processos de ensino e de aprendizagem:**

É por meio das políticas públicas de inclusão que se concretiza o acesso de estudantes com deficiências aos ambientes regulares de ensino, e dessa forma, faz



da instituição escolar o espaço de garantia do direito constitucional à educação do cidadão e da cidadã brasileiro/brasileira.

Entretanto, como já visto, o acesso não garante a permanência do estudante deficiente no espaço escolar. Muitos fatores concorrem para que o seu cotidiano escolar seja pouco estimulador. Um desses fatores, talvez o principal deles, se refere ao processo de ensino e de aprendizagem, que deve valorizar as individualidades de cada estudante em sala de aula de modo a possibilitar os professores e professoras desenvolverem práticas que atendam a essas individualidades. De acordo com uma professora entrevistada é difícil elaborar as atividades que atendam às especificidades de aprendizagem de cada estudante com deficiência, por conta das demandas exigidas diariamente em sua prática pedagógica.

[...] não é fácil você se dividir, para assim, será que você se dedica como deveria se dedicar? Eu acho que sempre fica uma lacuna [...]. Se é para incluir vamos incluir, mas vamos ver como incluir. O que é que a gente pode realmente dar como um trabalho de qualidade. (PSR1)

As observações realizadas em sala de aula ratificam as preocupações da professora PSR1, visto que, de modo geral, as atividades desenvolvidas com os/ as estudantes com deficiências são descontextualizadas, quase sempre diferentes do que está sendo desenvolvido com os demais estudantes. E, ainda, as atividades sugeridas para os discentes deficientes não proporcionam o desenvolvimento dos objetivos pretendidos pela professora para toda a turma. Essas preocupações apresentadas pela professora são frutos de uma demanda crescente de estudantes com deficiências e reflexo de uma luta cotidiana por uma educação igualitária e de qualidade, frente a problemas diários pela insuficiência de recursos, baixa valorização profissional e muitas vezes sobrecarga de horários assumidas pelos docentes.

É possível perceber no depoimento da professora que há um “não dito”, ou seja, ao se referir à lacuna existente no processo de ensino e aprendizagem dos discentes deficientes, a entrevistada não explicita essa lacuna. De acordo com Orlandi (2005, p.82), “[...] o não-dito é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa [...]”.

Ainda, relacionando ao último discurso e tomando o conceito de inclusão de Mantoan (2003.p.16):

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática.

Percebe-se que a angústia da professora corresponde ao não atendimento nos espaços escolares do que realmente seja inclusão. Para a docente, quando diz: “Se é para incluir vamos incluir”, ela sugere que a inclusão deve ser abraçada pelos espaços escolares, como prevê os documentos legais, porém devem ser pensadas ações que promovam o desenvolvimento do processo de equidade na aprendizagem, nesse sentido percebe-se que o processo de inclusão de estudantes deficientes requer esforços de todos, pois sem esses esforços pode-se cair em uma exclusão dentro da inclusão. Sobre essa perspectiva Mantoan (2004, p.19) alerta:

Temos de ter sempre presente que o nosso problema se concentra em tudo o que torna nossas escolas injustas, discriminadoras e excludentes, e que, sem solucioná-lo, não alcançaremos o nível de qualidade de ensino escolar, exigido para se ter uma escola mais que especial, onde os alunos tenham o direito de ser (alunos), sendo diferentes.

Sobre essa perspectiva pode-se analisar no discurso da professora da sala bilíngue, que a inclusão de estudantes com deficiências em sala de aula regular deve ser de forma significativa:

[...], desde que essa permanência desses estudantes em sala de aula seja com aprendizagem significativa, para o deficiente. Porque só dizer que é inclusão e garantir só o processo de matrícula, ai eu não acho legal. Mas se a inclusão vier atender as necessidades dessas crianças, dar oportunidades iguais aos deficientes, ai eu acho legal[...] (PB)

Outro fator que gera dificuldades para o desenvolvimento das atividades dos estudantes com deficiência é a falta de recursos que sistematizem o trabalho pedagógico das professoras em sala de aula, visto que os recursos são utilizados em atendimentos na sala do AEE, que não tem o objetivo de ensinar aos estudantes

com deficiências, por exemplo, a leitura e a escrita, conforme o discurso da Representante da Gerência de Educação Especial, ao ser questionada sobre o papel do professor ou professora do atendimento no AEE.

Veja esse professor não vai ensinar o aluno a ler e escrever, não é função dele, a função de ensinar é da sala regular, mas ele está sempre com essa parceria, então ele vai trabalhar aquelas questões na criança que vão dá a ele maiores possibilidades, não é? É dele vivenciar as experiências significativas através de quebra de barreiras atitudinais e aí vem diversas questões, até mesmo de acesso à escola. (RGEE)

Quando a Representante da Gerência de Educação Especial busca explicar que os professores da sala de AEE, não têm como função o ensino e aprendizagem de conteúdos específicos, ela lança mão do interdiscurso, ou seja, essa representante busca nos textos normatizadores isentar o professor dessa sala das obrigações pedagógicas junto aos estudantes deficientes. Para Orlandi (2005, p.80), “o interdiscurso significa justamente a relação do discurso com uma multiplicidade de discursos, ou seja, ele é um conjunto não discernível, não representável de discursos que sustentam a possibilidade mesma do dizer[...]”.

Sobre as aprendizagens dos estudantes deficientes, Mantoan (2004, p.11), reforça que “o atendimento educacional especializado não pode ser confundido com reforço escolar, como usualmente acontece”. Afinal a presença de estudantes em ambientes escolares regulares deve promover uma inclusão significativa para o processo de ensino e aprendizagem sendo necessária a reorganização de práticas que respeitem as diferenças. Ainda nesse contexto, observa-se no discurso da professora do AEE que o atendimento dos estudantes nesse espaço, ainda não se articula com as salas regulares, o que segundo a mesma não deveria acontecer, pois só com essa comunhão se teria melhores condições de aprendizagem para os estudantes com deficiências.

As pessoas separam muito essas duas e não pode. Elas têm que andar alinhadas, tem que ter essa proximidade do professor da sala regular com o professor de AEE. As atividades precisam estar associadas o que é dado na sala, porém como eu disse, com outras estratégias. (PAEE)

### **3- O cotidiano dos estudantes deficientes na instituição escolar.**

As escolas são espaços que devem acolher os estudantes na sua chegada e assegurar a sua continuidade de forma igualitária na oferta do seu trabalho, mas respeitar as diferenças dos estudantes possibilitando condições específicas para que todos alcancem os objetivos da escolaridade. Entretanto, observa-se que as escolas ainda buscam classificar os estudantes de acordo com suas condições, principalmente em relação às suas deficiências, procurando sempre, por meio do laudo médico, identificar quem são os estudantes com deficiências e a partir deste dado se possa pensar em condições de atendimentos destes estudantes no espaço escolar. Todavia, como prevê a nota técnica nº 04/ 2014 do MEC/ SECADI/ DPEE a entrega ou não do laudo médico não deve ser visto como um impedimento dos estudantes para um atendimento diferenciado, o que é reforçado na política de ensino da rede municipal do Recife:

Esta nota enfatiza que o Atendimento Educacional Especializado se caracteriza como atendimento pedagógico e não clínico, portanto não se pode condicionar o atendimento do(a) estudante à apresentação de um laudo médico. (RECIFE, 2015. p. 26)

Ainda que o laudo médico, seja importante, ele não pode ser condicionante para uma tomada de decisão nas escolas e gerência de educação especial, porém, como esse condicionante está presente nas concepções e ações de muitos agentes escolares como se pode observar no discurso da Gestora Escolar: “[...] já digo as meninas: Olhe fulaninho, turma tal, tem um CID<sup>5</sup> tal, então ele tem direito a acompanhante e a gente começa a providenciar [...]” GE.

A questão do laudo, ainda, é evidenciada no discurso da RGEE: “[...], a família tem que tramitar para conseguir o laudo, o que é uma questão muito difícil, porque a gente ainda não tem a quantidade de profissionais suficientes para atender uma gama que está a cada ano maior[...]”.

Sobre a dicotomia ainda presente nos espaços escolares, Mantoan (2004, p. 14-15), defende que:

---

<sup>5</sup> A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – CID 10) é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde. Disponível em: [www.medicinanet.com.br/cid10.htm](http://www.medicinanet.com.br/cid10.htm)

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas, nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar, para produzir a reviravolta que a inclusão impõe.

Neste contexto, observa-se também que as dificuldades para a inclusão dos estudantes deficientes, estão para além dos muros da escola, pois conforme os discursos dos responsáveis por esses estudantes não é uma tarefa fácil o acompanhamento diário. De acordo com um dos responsáveis, na maioria das vezes a questão da permanência está ligada a mudança de vida dos familiares para o acompanhamento desses estudantes no processo escolar:

[...] praticamente a gente para a vida, porque se não tem quem traga, se não for a mãe ninguém quer vir pra trazer e passar o dia praticamente aqui e a tarde até 17:40. A gente fica esperando por causa do VEM, eles têm o vem de livre acesso, porém a gente só pode usar com eles. Ai se for usar passagem todo dia, todo dia, não tem como. (RE 1)

Desse modo, o município de Recife com o objetivo de promover o acesso dos estudantes com deficiências à escola e ao atendimento do AEE, criou o Programa Transporte Inclusivo:

O Transporte Escolar Inclusivo é um programa da Secretaria de Educação, monitorado pela Divisão de Educação Especial, que tem como objetivo garantir aos(às) estudantes da Rede Municipal de Ensino, com NEE, o ingresso e a permanência na escola e no AEE. A oferta deste serviço é realizada diariamente, no trajeto residência-unidade educacional e unidade educacional-residência, em veículos adaptados [...] (RECIFE, 2015, p. 73)

Pode-se analisar que o programa citado deveria minimizar as dificuldades presentes no discurso da responsável, sobre abrir mão de trabalhar e ter uma dedicação exclusiva aos seus dependentes. Porém, esse programa é disponibilizado seguindo critérios determinados pela gerência como explica a entrevistada:

Existe, não é todo estudante com deficiência que vai para o transporte inclusivo não. Na verdade, a prioridade é para aqueles estudantes usuários de cadeira de rodas, que têm dificuldade de se locomover, Estudante com transtorno de espectro autismo, também

é um outro público que tem algumas dificuldades e impossibilidades. Então, essencialmente estudantes com deficiências, usuário de cadeiras de rodas, talvez nem precise usar a cadeira de rodas mas que tenha dificuldade de locomoção[...]. (RGEE)

Os resultados apresentados indicam a necessidade de uma urgente, e ampla revisão dos compromissos com a inclusão de estudantes deficientes em escolas e salas de aula regulares.

## CONCLUSÃO

Os resultados obtidos com a investigação permitiram compreender que não basta a legislação para a efetivação da educação inclusiva, mas a prática dos textos legais que contemplam, por exemplo, a formação dos profissionais da educação, que diariamente devem promover ações de equidade em sua sala de aula e no espaço escolar como um todo. Isso não exclui, de forma alguma, a responsabilidade do poder público em subsidiar desde a formação adequada a esses profissionais, a promoção de recursos e condições que possibilitem a real inclusão das pessoas com deficiência aos espaços escolares.

Com isso verifica-se que a educação inclusiva para ser efetivada em sala de aula, ou em escolas regulares, depende de uma rede de atitudes que promovam o desenvolvimento escolar e social de todos e todas estudantes. Afinal observa-se nas escolas o quanto a educação voltada para estudantes com deficiências está fragmentada. A pesquisa mostrou também, que de modo geral esses estudantes frequentam a escola apenas como um local para se cumprir a carga horária escolar, ou a legislação vigente.

Falta ainda nas escolas, ações que promovam a valorização e o pertencimento dos estudantes com deficiências no espaço escolar, pois ao se relacionar as políticas educacionais com o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiências verifica-se que ainda é uma questão a ser contextualizada, por ser esse o campo a que devem estar associadas as diversas secretarias (Planejamento, Economia, Saúde, etc.), e não apenas a secretaria de educação do município. Essa ação conjunta deve existir desde o processo de elaboração e implantação das políticas públicas educacionais voltadas para os estudantes deficientes.

Por fim, faz-se necessário ressaltar a disparidade entre a legislação e a prática escolar. O acesso de estudantes com deficiência à instituição escolar é assegurado, como se pôde constatar durante o processo investigativo, porém tem-se muito a fazer para que as ações desenvolvidas nas escolas possam promover o desenvolvimento individual e coletivo desses estudantes. Para muitos discentes o espaço escolar ainda reproduz as dicotomias presentes em nossa sociedade excludente, que determina as pessoas por suas condições físicas e intelectuais

sem respeitar sua capacidade psicológica, cognitiva e social de desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem.

## VI- Referências Bibliográficas

BARRETO, Anita Paes. **Ulisses Pernambucano, educador.** in Psicol. cienc. prof. vol.12 no.1 Brasília 1992, disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931992000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931992000100003)> acesso em: 18/08/2017

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, Dê: MEC.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, Constituição (1988) DF: Senado Federal.

\_\_\_\_\_. **LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)> Acesso em: 15/08/2017

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação; **Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECADI)**, Portaria nº 948 de 09 de outubro de 2007. Disponível em : <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)> Acesso: 18/11/2017



\_\_\_\_\_. Ministério da Educação; **Instituto Benjamin Constant**, Regulamento interno, 2018. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/o-ib>> Acesso em julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Mantoan. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar** : o que é? por quê? como fazer. São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente na escola. **Anais do III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva Ações Inclusivas de Sucesso**. Belo Horizonte, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. **Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp**.<<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>>. Acesso: 5 de janeiro de 2017.

MINAYO, Maria Cecília de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In. MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes,1994.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, Deficiência e Educação Especial**, Uberlândia, 2003.

Disponível em <<http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>> Acessado: 25/05/2017

Noronha, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele Lemes. **Educação Especial e Educação Inclusiva: Aproximações e Divergências**. S/D. Disponível em : <[http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos\\_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA-%20APROXIMA%C3%87%C3%95ES%20E%20CONVERG%C3%84NCIAS.pdf](http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA-%20APROXIMA%C3%87%C3%95ES%20E%20CONVERG%C3%84NCIAS.pdf)> Acesso em 25/01/2018.

Orandi, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, São Paulo: Paz e Terra S/A, 1998.

Orandi, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

Recife. Secretaria de Educação. **Educação inclusiva: múltiplos olhares / organização: Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira**. – Recife: Secretaria de Educação, 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 18.147/2015. Plano Municipal de Educação da Cidade de Recife - PME. **Diário Oficial do Município de Recife (DOM-REC)** de 23 de junho de 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura. Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.  
Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acessado em: 04/08/2017

SOUZA, João Francisco de. **A educação escolar, nosso fazer maior, des(a)fia o nosso saber: educação de jovens e adultos**. Recife: Bagaço, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Paulo: Atlas, 1987.

**APÊNDICE A** – Roteiro de entrevista com as professoras de salas regulares que atendem às crianças com deficiência.

**1- Identificação:**

Nome:

Idade:

Tempo de serviço em escola:

Formação:

Tempo de docência e de atuação com crianças com deficiência:

**2- Roteiro:**

1- Comente como você desenvolve as atividades para crianças com deficiências em sua sala de aula.

2- Explique a importância de se ter estudantes com deficiências em salas de aulas regulares.

3- Você se depara com alguma(s) dificuldades em sala de aula para se promover atividades que atendam estudantes regulares e com deficiência, de modo que seja garantido a aprendizagem a todas e todos? Comente sobre essa questão.

4- Descreva alguns projetos que sejam desenvolvidos pela escola, ou pela rede municipal, que promovam a inclusão de estudantes com deficiência nas atividades regulares da escola.

5- Explique como se dá o processo de formação continuada de docentes para auxiliar no processo de aprendizagem de estudantes com deficiências.

6- Comente como os estudantes com deficiências participam das atividades propostas pela escola e em qual (quais) momento (s) isso acontece (apresentações de projetos, atividades extraclasse).

7- Descreva a relação das crianças deficientes com as demais crianças e vice-versa.

8- Explique a participação dos pais e/ou responsáveis pelas crianças deficientes no cotidiano escolar.

9- É sabido que há uma grande demanda de crianças deficientes, como a escola faz essa triagem e seleção?

## **APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com Gestores da Instituição Escolar.**

### **1- Identificação:**

Nome:

Idade:

Tempo de serviço em escola:

Formação:

Tempo de docência e de atuação com crianças com deficiência:

### **2- Roteiro:**

1- Comente sobre as propostas pedagógicas presentes no PPP da escola que atendam as especificidades de aprendizagem de crianças com deficiência.

2- Explique o processo de inclusão de crianças com deficiências em sala de aulas regulares.

3- Descreva a atuação da gestão perante o trabalho realizado com os estudantes com deficiências.

4- Comente sobre como se dá o processo e acompanhamento da inclusão de estudantes com deficiências na escola, desde de sua matrícula até seu desenvolvimento em sala de aula.

5- Explique a relação escola- gerência de divisão da educação especial da PCR.

6- Comente o desenvolvimento de políticas públicas da educação inclusiva na escola.

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a com Professora do Atendimento Educacional Especializado - AEE.**

**1- Identificação:**

Nome:

Idade:

Tempo de serviço em escola:

Formação:

Tempo de docência e de atuação com crianças com deficiência:

**2- Roteiro:**

1- Descreva como é desenvolvido o trabalho na sala do AEE, e quais estudantes são atendidos pela mesma.

2- Comente sobre os objetivos da sala de AEE.

3- Explique a relação entre a sala do AEE e a sala regular dos estudantes com deficiências. A execução de atividades pedagógicas relacionadas a sala de aula.

4- Descreva sobre como são organizados os processos de ensino e aprendizagem na sala do AEE.

5- Explique as propostas pedagógicas desenvolvidas pela senhora na sala do AEE.

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com representante da Gerência de divisão da educação Especial do Recife.**

**1- Identificação:**

Nome:

Idade:

Tempo de serviço em escola:

Formação:

Tempo de docência e de atuação com crianças com deficiência:

**2- Roteiro:**

1- Descreva como se dá o atendimento nas salas do AEE. Quem são as crianças atendidas, quem são os profissionais que atuam....

2- Comente sobre as políticas públicas de atendimento a crianças com deficiências na rede municipal do Recife.

3- Comente sobre as ações realizadas pela gerência no que diz respeito a formação continuada de professores.

4- Explique sobre as ações realizadas pela gerência no combate ao preconceito e discriminação à estudantes com deficiência.

5- Descreva as ações promovidas pela gerência para garantir o acesso e permanência de estudantes com deficiências a salas de aulas e escolas regulares.

6- comente como se dá o processo avaliativo das ações propostas pela gerência para atender estudantes com deficiências na rede regular de ensino.

7- Explique como se dá a relação com os centros multidisciplinares e as escolas regulares.

8- Comente sobre o objetivo do AEE.

**APÊNDICE E – Roteiro de entrevista com Pais ou responsáveis de estudantes deficientes.**

**1- Identificação:**

Nome:

Idade:

Tempo de serviço em escola:

Escolaridade:

Tempo que o estudante frequenta a escola:

**2- Roteiro:**

1- Comente sobre o desenvolvimento do estudante após frequentar a escola regular.

2- Explique como o/a senhor/a acompanha as atividades de sala dos seu/ sua filho/ filha e em que momentos ele/ ela participa das atividades extra classe.

3- Comente a importância da escola para a vida do seu/ sua filha/ filho.

4- Explique como se deu o processo de inicialização do estudante na vida escolar.  
(processo de escolha da escola, matrícula, atendimento...)

5- Fale sobre o seu cotidiano e do/da seu/sua filho/filha para o acesso e permanência na escola.

## ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Cumprimento Sr./Sr.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa intitulada **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DO RECIFE - PE: A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA DA EQUIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.**, integrante do curso de licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. A referida pesquisa tem como objetivo principal: **Analisar as políticas públicas de inclusão implementadas pelo governo municipal do Recife-PE, no período de 2017/2018, relacionando-as aos processos de ensino e de aprendizagem para crianças com deficiências matriculadas na rede regular de ensino.** Será realizada por Alexandro Oliveira da Silva, estudante do referido curso.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista com utilização de recurso de gravador de áudio, a ser transcrito na íntegra quando da análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes participantes da pesquisa. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. A sua aceitação na participação desse trabalho contribuirá para o escrever o tema da pesquisa, a partir da produção do conhecimento científico.

#### Consentimento pós-informação

Eu, \_\_\_\_\_, estou ciente das condições da pesquisa \_\_\_\_\_ da qual livremente participei, sabendo ainda que não serei remunerado(a) por minhas contribuições e que posso afastar-me quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo(a) pesquisador(a), ficando uma via para cada um(a).

Recife, PE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a)





## **ANEXO 2 - Estratégias da meta 4 do PME.**

4.1) ampliar, em colaboração com o Estado, o número de matrículas para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.2) promover a formação continuada de professores(as) do Atendimento Educacional Especializado - AEE em parceria com instituições de ensino, entidades e profissionais da educação, atendendo as especificidades do atendimento às crianças, aos jovens, adultos e idosos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

4.3) garantir aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a construção de Salas de Recursos Multifuncionais - SRM em 100% das novas unidades educacionais da rede e ampliar em 50% a adaptação das atuais unidades que possuam condições físicas para tanto;

4.4) intensificar a formação continuada para os profissionais da educação da sala regular e atendimento educacional especializado, proporcionando novas perspectivas e práticas de atuação na perspectiva da educação inclusiva;

4.5) fomentar o Atendimento Educacional Especializado - AEE, em salas de recursos multifuncionais, dos/das estudantes inclusos(as) na Rede de Ensino, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

4.6) ampliar o atendimento educacional nos Núcleos de Apoio Especializado da Secretaria de Educação do Recife para atender prioritariamente aos(às) estudantes matriculados(as) na rede pública;

4.7) promover parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para mapeamento da população entre 4 e 17 anos de idade com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, para o oferecimento de estimulação precoce e atendimento multidisciplinar;

4.8) fomentar a criação de centros multidisciplinares por Região Político Administrativa - RPA, para apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, secretarias do município integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social,

pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

4.9) ofertar Educação de Jovens e Adultos - EJA, conforme disponibilidade da rede, nos horários em que houver demanda para estudantes com deficiência, em função de insegurança no horário noturno e em razão dos alunos fazerem uso de medicamentos sedativos, que os impossibilita de participar das atividades no turno da noite;

4.10) ampliar a oferta do transporte escolar inclusivo para garantia do deslocamento dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, no percurso casa/escola, escola/casa e para o atendimento educacional especializado no contra turno, incluindo os núcleos/centros e os centros multidisciplinares;

4.11) cooperar com o Programa Nacional de Acessibilidade nas Escolas Públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva e oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

4.12) ampliar, em colaboração com o Estado, a oferta de salas regulares bilíngues na rede municipal de ensino em unidades educacionais que atendam estudantes de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com surdez e com deficiência auditiva, tendo a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como primeira língua e, na modalidade escrita, a Língua Portuguesa como segunda língua, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cegos;

4.13) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.14) promover o acesso e a permanência na escola dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

4.15) fomentar, em colaboração com a Secretaria de Juventude e Qualificação Profissional, na educação profissionalizante as condições de acesso e permanência na escola da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de modo a assegurar sua qualificação com o apoio do atendimento educacional especializado;

4.16) ampliar, em colaboração com o Estado, para a população de Recife com idade entre 4 (quatro) e 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o acesso à educação básica;

4.17) fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.18) articular junto à União a distribuição suplementar de livros didáticos e material didático específico para estudantes com necessidades educativas especiais;

4.19) promover, em parceria com a Secretaria de Esportes, atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal contemplando estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

4.20) mapear a necessidade de reformas e sinalização tátil adequando as escolas para torná-las acessíveis a todos;

4.21) colaborar com órgãos de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória;

4.22) firmar parcerias com hospitais de referência em atendimento infanto-juvenil para implantação de classes hospitalares;

4.23) disponibilizar, nas unidades educacionais da rede pública, onde for necessário, o Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial para prestar auxílio individualizado aos (às) estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento que não realizam com independência as atividades de locomoção, higiene, alimentação, buscando desenvolver a sua autonomia e o seu empoderamento;

4.24) colaborar com a definição de indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.25) incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.26) promover parcerias com instituições especializadas, visando ampliar as condições de apoio suplementar ou complementar, ao atendimento dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados nas unidades educacionais;

4.27) promover a distribuição suplementar de livros didáticos e de material didático específico para estudantes com deficiências, transtornos globais e altas habilidades/superdotação. (RECIFE, 2015).